



REQUERIMENTO Número /XIII ( .ª)

PERGUNTA Número /XIII ( .ª)

**Assunto: Denúncia de agressões e racismo policial**

**Destinatário: Min. da Administração Interna**

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

Nas últimas semanas, o Movimento SOS Racismo denunciou dois casos de agressões físicas bárbaras, acompanhadas de sucessivos insultos racistas, a dois cidadãos negros perpetradas pela Polícia de Segurança Pública (PSP).

O primeiro caso, segundo comunicado do SOS Racismo, teve lugar no dia 16 de Agosto, quando o cidadão Mário Mendes, após uma rusga da PSP ao seu estabelecimento comercial, na Portela de Carnaxide, foi “agredido, arrastado até à carrinha da polícia, algemado e insultado com declarações racistas” dos agentes daquela força de segurança. Desta intervenção policial resultaram ferimentos vários, incluindo a fratura da cabeça do perónio do joelho esquerdo do cidadão Mário Mendes.

O segundo caso, idêntico na agressividade e brutalidade da intervenção policial, teve lugar uns dias depois do caso acima descrito, a 22 de Agosto, tendo o cidadão Matamba Joaquim, ator no Teatro Griot, e um seu amigo, que o acompanhava nesse momento, sido brutalmente agredidos por agentes que “circulavam numa viatura de patrulha da PSP”, refere o comunicado do SOS racismo. Acresce que, além das agressões perpetradas aquando da detenção destes dois cidadãos negros, a violência policial, segundo o comunicado atrás referenciado, prosseguiu durante a viagem até à Esquadra, na Baixa de Lisboa, tendo os dois cidadãos detidos sido vítimas de novas agressões físicas, de insultos racistas e de troça pelos agentes da PSP.

Entretanto, um novo caso de violência e policial chegou hoje mesmo ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Samory Turé queixa-se ter sido agredido na Esquadra de Odivelas no passado dia 28 de Agosto, tendo sido agarrado pelos cabelos de forma a sair do táxi onde se encontrava, algemado, esbofeteado várias vezes, agredido vezes sem conta no joelho esquerdo com o cassetete policial e sentido os pés dos agentes de segurança na sua cara. Além do mais, queixa-se este cidadão de ter estado detido durante três horas, sempre de pé e impedido de se sentar através de ameaças de que, se o fizesse, seria novamente agredido. Após a libertação, Samory Turé dirigiu-se novamente à Esquadra para identificar os agentes que o agrediram, os quais se recusaram a fazê-lo.

O problema da violência policial, isto é, da intervenção manifestamente desproporcional das forças de segurança, não é um problema novo na sociedade portuguesa, muito menos o é em contextos como o dos casos atrás narrados, onde as vítimas, negras, além da violência física, são confrontadas igualmente com a chaga do racismo e/ou da xenofobia. Se é certo que a resposta a este tipo de casos não pode ignorar a



prevenção, em especial a que tem que ver com ações de formação dirigidas a todos/as os/as agentes de forças de segurança e cujo conteúdo deve assentar no combate ao racismo e todas as demais formas de discriminação social, este tipo de casos não podem deixar de merecer, no imediato, uma intervenção firme das autoridades com responsabilidade para avaliar e sancionar excessos policiais como os ocorridos nas últimas semanas.

A gravidade dos casos atrás narrados e a preocupação social que suscitaram e suscitam, motivam, pois, o Grupo Parlamentar o Bloco de Esquerda a interpelar o Governo não apenas sobre o sucedido, bem como sobre os dados acerca do histórico da violência e racismo policial em Portugal nos últimos dez anos e das respostas políticas dadas e a dar pela tutela no futuro.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Administração Interna, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério da Administração Interna conhecimento destes três casos de violência policial?
2. Dispõe o Ministério de informações acerca do estado atual dos procedimentos disciplinares abertos, segundo o porta-voz da direção da PSP, Hugo Palma, aos agentes envolvidos nos dois primeiros casos acima narrados?
3. Que medidas preventivas tem promovido e que outras pensa promover o Ministério da Administração Interna no sentido de prevenir casos de violência e racismo policial como os denunciados pelo Movimento SOS Racismo?
4. Que dados estatísticos dispõe o Ministério da Administração Interna sobre o número de procedimentos disciplinares abertos e motivados em razão de denúncias de violência e racismo policial nos últimos 10 anos?
5. De entre o universo de procedimentos disciplinares abertos pelos motivos identificados em 4, qual a percentagem de procedimentos arquivados, por um lado, e de procedimentos em que a violência e o racismo policial se acharam provados em sede disciplinar, por outro?
6. Qual a natureza das sanções aplicadas após a condenação em sede de procedimento disciplinar aberto e motivado por motivo de violência e racismo policial?



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

---

**A deputada**

**Sandra Cunha**